

O PAPEL E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS

Géssica de Medeiros Soares Carvalho

Renata Souza Ribeiro Paiva

RESUMO

A relação entre desenvolvimento sustentável e desigualdades sociais precisam de atenção dos formuladores de políticas públicas para que seja alcançada a justiça social. Sendo assim, o objetivo desse estudo foi compreender a atuação do profissional Assistente Social no campo das questões socioambientais. Como objetivos específicos têm-se compreender a interrelação entre capitalismo e meio ambiente; analisar as transformações atuais no âmbito do capitalismo e meio ambiente e avaliar as possibilidades e limites de atuação do Serviço Social no campo socioambiental. Para isso utilizou-se da pesquisa qualitativa, de caráter descritiva, com base na pesquisa bibliográfica. Os resultados mostraram que é possível buscar um equilíbrio entre capitalismo e meio ambiente, mas para isso os padrões de consumo da sociedade e que as desigualdades sejam minimizadas para que o foco seja na construção de uma vida com qualidade e não somente para a sobrevivência. Concluindo que é urgente que o ser humano repense suas ações, pois ele não consegue viver separado do meio ambiente. As ações negligentes só prejudicarão a própria humanidade, mas é possível mudar. O profissional do serviço social é peça chave dessa transformação, pois estão capacitados com valores, conhecimentos e habilidades para fazer a mudança social, justiça ambiental objetivando a emancipação, justiça social e direitos humanos.

Palavras-chave: Serviço Social. Desenvolvimento Sustentável. Meio Ambiente. Capitalismo.

ABSTRACT

The relationship between sustainable development and social inequalities needs the attention of public policy makers in order to achieve social justice. Therefore, the objective of this study was to understand the performance of the professional Social Worker in the field of socio-environmental issues. The specific objectives are to understand the interrelationship between capitalism and the environment; analyze the current transformations in the context of capitalism and the environment and evaluate the possibilities and limits of Social Work in the socio-environmental field. For this, we used qualitative research, of a descriptive nature, based on bibliographical research. The results showed that it is possible to seek a balance between capitalism and the environment, but for that the consumption patterns of society and that inequalities are minimized so that the focus is on building a life with quality and not just for survival. Concluding that it is urgent that human beings rethink

their actions, as they cannot live apart from the environment. Careless actions will only harm humanity itself, but it is possible to change. The social service professional is a key part of this transformation, as they are equipped with values, knowledge and skills to bring about social change, environmental justice aiming at emancipation, social justice and human rights.

Keywords: Social service. Sustainable development. Environment. Capitalism.

1 Introdução

Os assistentes sociais podem se relacionar com o desenvolvimento socioambiental ao trazer uma compreensão interconectada das necessidades e preocupações humanas que são econômicas, sociais e ambientais. Uma forma mais sustentável de atender às necessidades humanas é promovida através do combate à pobreza, educação, saúde, economia e emprego, que são todas preocupações do desenvolvimento humano (NUNES; SILVA, 2013).

Essa posição lhes permite atribuições voltadas para a promoção da igualdade social e econômica, garantir a dignidade e o valor das pessoas, promover comunidades sustentáveis e desenvolvimento ambientalmente sensível, promover o bem-estar por meio de relações humanas sustentáveis e assegurar um ambiente apropriado para a prática e educação.

Os assistentes sociais estão em contato direto com comunidades em situação de vulnerabilidade que são impactadas por problemas ambientais, para criar soluções que são priorizadas pelas comunidades locais. Embora isso seja urgente, a profissão de assistente social tem se envolvido com questões ambientais desde os primórdios da profissão, buscando melhorar o saneamento, os ambientes de trabalho, as moradias e demais questões (FERNANDEZ; POSADA, 2020).

A prática do serviço social está ligada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) devendo esses profissionais considerarem o seu papel na promoção da sustentabilidade comunitária e ambiental (MARQUES; SCHMITT). Com isso, é preciso manter um olhar crítico sobre as estratégias para promover uma visão de mundo ecossocial e adotar uma abordagem de crescimento para alternativas transformacionais para o desenvolvimento sustentável.

Os problemas sociais têm consequências para toda a sociedade, mas afetam em particular os mais vulneráveis, como pessoas que vivem na pobreza, minorias

marginalizadas e discriminadas e povos indígenas. As crises ambientais muitas vezes aumentam a exclusão social e os conflitos (SILVA; GENNARI, 2020). Há tantas complementaridades entre a luta ambiental e o trabalho dos assistentes sociais que deve-se encontrar forma mais eficazes para sustentabilidade de forma multidisciplinar. Sendo assim, levanta-se a questão: Faz parte das atribuições do Assistente Social buscar a promoção do desenvolvimento sustentável?

Como resposta ao problema tem-se a hipótese de que como a prática do serviço social é centrado na pessoa, quando se trata de justiça ambiental, os assistentes sociais facilitam e promovem parcerias dentro das comunidades e entre vários parceiros, em nível local, nacional e internacional, para traduzir o desenvolvimento sustentável de várias maneiras (social, econômica e ecológica) e projetar e aplicar um novo conhecimento de soluções sustentáveis.

O Objetivo geral foi compreender a atuação do profissional Assistente Social no campo das questões socioambientais. Como objetivos específicos têm-se compreender a interrelação entre capitalismo e meio ambiente; analisar as transformações atuais no âmbito do capitalismo e meio ambiente e avaliar as possibilidades e limites de atuação do Serviço Social no campo socioambiental.

Como justificativa pessoal a escolha desse tema se deu pela afinidade da autora desde crianças pelas causas ambientais e pela justiça social no final da adolescência. Sendo assim integrar o desenvolvimento sustentável a profissão de assistente social é uma forma de contribuição com as demandas da sociedade.

Como justificativa acadêmica, os assistentes sociais estão sendo chamados a desempenhar um papel cada vez maior no desenvolvimento de práticas ambientais sustentáveis. E como atualmente os modelos dominantes de prática de serviço social não abordam em profundidade as questões de sustentabilidade ambiental, se faz necessário estudar sobre a atuação do assistente social nas questões socioambientais, pois estão diretamente ligadas com a redução das desigualdades.

Como justificativa social tem-se a importância de promover conhecimento da população sobre os vários aspectos do problema socioambiental para contribuir para um debate que irá avaliar quais políticas e programas implementar e se irão promover a erradicação da pobreza através do desenvolvimento sustentável.

Para isso utilizou-se a pesquisa qualitativa de caráter descritivo com base na revisão bibliográfica não se trata apenas uma mera repetição do que já foi dito ou estudado sobre o assunto, mas é baseada numa compilação crítica das obras já

existentes. Para coleta de dados buscou-se na literatura disponível em livros, na base de dados online através de dissertações, teses e artigos científicos, nos sítios eletrônicos do Google® Acadêmico, do *Scielo* e demais sítios de relevância científica sobre o tema visando contribuir para uma nova perspectiva sobre o assunto.

2 A relação do capitalismo com a natureza

Ecologistas e cientistas ambientais muitas vezes tomam a “superpopulação” e a subsequente exploração dos recursos naturais como ponto de partida em seus prognósticos de crises ambientais. Mas se olhar além do que parece ser a raiz do problema é possível ver que a superpopulação combinada com a atividade industrial desenfreada leva a desastres ambientais como aquecimento global, mudança climática, deposição ácida, degradação do solo, poluição do ar e da água (COSTA, 2018).

Não há como negar que a superpopulação e, de fato, a massiva produção industrial de países desenvolvidos e em desenvolvimento têm um impacto irrevogavelmente deletério sobre o clima. Mas o que muitas vezes é omitido são os riscos ambientais inerentes à dinâmica do capitalismo como sistema econômico universal (FLORES, 2016).

O capitalismo, definido como produção com fins lucrativos para um mercado competitivo, é um sistema econômico no qual o motivo da maximização do lucro está no cerne de suas virtudes e males (PAULA, 2020). Suas virtudes estão embutidas em suas impressionantes taxas de produtividade e crescimento. A lógica de maximização do lucro induz os produtores a se especializarem naquilo que melhor produzem e a investirem em tecnologias para aumentar a produtividade e a eficiência.

O motivo da maximização do lucro também fornece incentivos para os empresários aumentarem a produtividade em larga escala. O mesmo motivo de maximização do lucro também permite que os agentes econômicos aloquem recursos de forma que conduzam ao crescimento e ao dinamismo (CARRER; SOUZA FILHO, 2016). Compelidas pela força competitiva do mercado, as empresas consideram racional investir em tecnologias de corte de custos, o que lhes permite resistir à pressão que vem sobre seus pares no mercado. Tudo isso leva a um ciclo virtuoso de eficiência, produtividade e lucro otimizado.

O capitalismo tem tido tanto sucesso em se projetar como o motor da produtividade e do crescimento, mas existe relação com os desastres ambientais. A própria dinâmica central do capitalismo que gera suas virtudes, também causa seus males. O capitalismo requer crescimento sem fim da produção para se manter estável, elevar os padrões de vida e produzir amplo emprego para a população mundial jovem e crescente (ARAÚJO, 2020).

A própria produção depende do consumo. Sem o consumo suficiente, que gera mais demandas para a produção, o ciclo produtivo ficaria paralisado. O consumo é, portanto, o outro lado da moeda de um próspero ciclo de produção. Mas enquanto o capitalismo estimula taxas de produtividade tremendas, ele direciona a produtividade para mais consumo para garantir que o processo de produção não seja impedido. Portanto, o consumismo não é apenas um fenômeno cultural.

Segundo Pereira, et al. (2009) o consumismo está incorporado nos princípios centrais do capitalismo como um sistema econômico. Quanto maior o consumo, maior a produção, maior a produção, maiores as vendas, e com maiores vendas, maiores lucros são gerados, que são em grande parte reinvestidos na sustentabilidade da empresa ou da unidade de negócios.

Sendo assim, uma vez que o planeta Terra possui recursos ecológicos e naturais limitados que devem ser preservados para fins de sustentabilidade, é preciso resolver essa contradição. Se a capacidade de carga do mundo não pode sustentar consumo e produção sem fim, há claramente uma contradição. Sendo preciso conciliar, por um lado, o dilema de manter um sistema capitalista que atenda às taxas de crescimento necessárias para se manter estável e, ao mesmo tempo, conter os riscos ambientais que ameaçam o planeta (CUNHA; et al., 2014).

Pode-se observar três proposições sobre a própria natureza e dinâmica do capitalismo que devem ser examinadas. Em primeiro lugar, as empresas em um ambiente capitalista estão sob enorme pressão para cortar custos, porque, se não o fizerem, seus concorrentes o farão. Uma vez que seus concorrentes cortam custos para poderem reinvestir no crescimento da empresa e, assim, se tornarem mais competitivos, se uma empresa se abster de fazê-lo, logo será expulsa do mercado por outras.

De acordo com Wengrzynovski (2015), a dinâmica do mercado no capitalismo não fornece em si nenhum mecanismo para prevenir esse comportamento; requer algumas formas de intervenção fora do mercado, seja pelo estado ou por forças

sociais organizadas. Os Estados são relutantes em tomar medidas contra isso ou deliberadamente o ignoram. Nos países democráticos, no entanto, as forças sociais têm relativa liberdade para se organizar em torno dessa causa.

Ativistas sociais com uma série de interesses, incluindo o meio ambiente, geralmente se encarregam de chamar a atenção do público para esta questão. Por meio da organização de massa, os ambientalistas podem pressionar o Estado a impor certas regulamentações às empresas para conduzir atividades menos prejudiciais ao meio ambiente.

Em segundo lugar, o preço dos recursos naturais não renováveis sob o capitalismo geralmente é organizado em torno de horizontes de prazo relativamente curto, quase sem levar em conta o valor futuro desses recursos finitos. Segundo Bustamante, et al. (2014) a taxa de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera aumentou acentuadamente desde meados da década de 1990, impulsionada principalmente pelo forte crescimento econômico nos países em desenvolvimento que frequentemente consomem recursos naturais maciços, como petróleo, gás e outros minerais.

A China e a Índia cresceram rapidamente nas últimas duas décadas e a base do desenvolvimento em seus ambientes industriais são os recursos naturais não renováveis, que geram uma das taxas mais altas de emissões de gás carbônico. Os recursos naturais não renováveis são muitas vezes subvalorizados, uma vez que o seu valor futuro não é contabilizado na dinâmica da oferta e da procura (TEIXEIRA; ROSSI, 2020).

De acordo com Pontes (2013) o impacto negativo que é infligido ao meio ambiente como resultado da extração, produção e uso de minerais é em grande parte devido à subvalorização desses recursos naturais. Ou seja, o consumo massivo de minerais, responsável por grande parte da poluição mundial, não é levado em conta nos preços que são oferecidos no mercado. O resultado é que os compradores tendem a consumir esses recursos em excesso.

A arquitetura do mercado sob um cenário capitalista não fornece nenhum mecanismo para combater os riscos ambientais que os processos de produção e consumo em larga escala infligem ao meio ambiente. Portanto, tem que haver intervenções fora do mercado para conter ou reduzir os danos ambientais. Essa intervenção não mercantil pode ser tanto do Estado quanto de forças sociais (PEREIRA, 2018). Claro, pode-se argumentar que é responsabilidade do estado

regular esse comportamento hostil das empresas contra o meio ambiente, tributando pesadamente as empresas que violam os regulamentos ambientais estabelecidos pelo estado.

Mas o problema é que os estados em países democráticos e não democráticos muitas vezes ignoram isso, ou deliberadamente o negligenciam devido à pressão que vem de grupos empresariais influentes. Na maioria dos países, o estado é subserviente às obrigações dos grupos empresariais influentes. O Estado precisa fornecer incentivos aos grupos empresariais para garantir que eles permaneçam tão dinâmicos quanto possível para garantir o crescimento econômico e amplas oportunidades de emprego.

Em suma, os mecanismos de mercado sob o capitalismo não fornecem incentivos para a preservação do meio ambiente. As empresas são constantemente ameaçadas pela concorrência de mercado para cortar custos e otimizar o lucro. O meio ambiente, portanto, sucumbe ao comportamento de mercado compulsivo do modo de produção capitalista. Sem a intervenção de entidades não mercantis como o estado, organizações internacionais e forças sociais, o capitalismo como sistema econômico simplesmente não protegerá o planeta.

3 O serviço social no campo socioambiental

O desenvolvimento sustentável (DS) é considerado como um conceito holístico e integrador que interliga as dimensões e valores essenciais para progredir em direção a uma sociedade feliz, saudável e próspera ao longo do tempo (OLIVEIRA; et al., 2017). O valor, importância e popularidade do DS como um conceito é claramente compreendido a partir da leitura da agenda de instituições e agências internacionais, como a 'Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável' das Nações Unidas.

O serviço social é conhecido como uma disciplina acadêmica e uma profissão baseada na prática. O principal objetivo do serviço social é promover mudança, desenvolvimento e coesão social, o empoderamento e libertação das pessoas. O Serviço Social caracteriza-se principalmente por ser transformador e emancipatório em sua formação e prática (ROZENDO; et al., 2014). Conseqüentemente, os assistentes sociais estão equipados com valores, conhecimentos e habilidades para fazer a mudança social, guiados pelos valores emancipatórios e princípios de justiça

social e direitos humanos, nos níveis individual, grupal, social e global. Nesse sentido, defende-se que os assistentes sociais têm a obrigação profissional e o dever moral de criar condições e mecanismos para um melhor ambiente de vida para todos.

O serviço social se originou com foco na perspectiva pessoa-no-ambiente. Esta perspectiva particular é um princípio orientador da prática que destaca a importância para os profissionais de serviço social de terem uma compreensão sólida do ser humano à luz dos contextos ambientais em que vivem, agem e reagem com os outros (FERNANDÉZ; POSADA, 2020). Nesse sentido, a prática profissional é desenvolvida com uma perspectiva holística que se concentra em transações múltiplas entre as pessoas e seu ambiente social e biofísico.

Como uma profissão com foco declarado de longa data na pessoa no ambiente, pode-se esperar que o serviço social desempenhe um papel de liderança em esforços interdisciplinares para enfrentar as ameaças ambientais ao bem-estar humano e à existência continuada, mas a profissão geralmente tem sido silenciosa ou menos do que relevante (MARQUES; 2021).

No contexto do DS, há um apelo global para que a educação e a prática do serviço social mudem de um paradigma antropocêntrico para um paradigma ecocêntrico por meio do trabalho social ambiental (MARQUES; 2021). Além disso, o DS requer uma grande mudança rumo à sustentabilidade em todos os setores da sociedade. Espera-se que os assistentes sociais, como agentes de mudança social, desempenhem papéis vitais para facilitar essa transição social. Nesse sentido, a mudança ambiental e seus impactos sociais associados, como pobreza, fome, dentre outros obrigam o serviço social a considerar a sustentabilidade ambiental em sua educação e prática.

Os assistentes sociais estão preparados para a prática em áreas como desastres de origem natural e humana; proteção do ambiente biofísico; e envolvimento proativo com o desenvolvimento social, humano e ecológico na comunidade. Essencialmente, é preciso reconhecer a conexão entrelaçada entre a natureza humana e o bem-estar e, conseqüentemente, estabelecer metas para ajudar a criar condições sustentáveis para o florescimento dos mundos humano e natural (MOREIRA, 2013).

O Assistente Social é central em abordagens de trabalho social emergentes, como demandas ecossociais, ecológicas, verde, dentre outras. Em particular, o

trabalho ecossocial se baseia em argumentos e justificativas ecológicas ao fazer demandas por justiça social, bem como defender o respeito aos direitos humanos e abordagens participativas por meio de intervenções de serviço social nas comunidades (MARQUES, 2021).

O 'Serviço Social Ecológico' coloca a humanidade e a natureza no centro de sua educação e prática, com o objetivo de garantir a sustentabilidade dos recursos naturais a longo prazo. Além disso, o 'Serviço Social Verde' visa coproduzir mudança social transformadora que cria uma terra viva e viável com recursos e oportunidades compartilhados e distribuídos equitativamente (FERNANDÉZ; POSADA, 2020). Todas essas diferentes abordagens conectam as dimensões sociais, econômicas e ecológicas umas às outras, fazendo assim uma mudança de fundamentos modernistas para holísticos na educação e prática do serviço social.

4 Trabalho social, mudança climática e justiça ambiental

Os assistentes sociais trabalham para tornar o mundo um lugar melhor para se viver e essa forma de melhorar abrange também o mundo natural, e a profissão entrou no movimento de mudança climática. Com isso, o serviço social tem um papel importante a desempenhar na resiliência climática e na justiça ambiental.

Dentre as principais mudanças tem-se buscar contribuir para acelerar o consenso, a ação e a atenção sobre como o clima e a mudança ecológica generalizada irão impactar as expressões da questão social (). No entanto, a realidade é que o serviço social tem lidado com questões ambientais desde o início. Um dos princípios fundamentais do trabalho social que o diferencia de outros campos é o foco na pessoa no ambiente. A relação com o ambiente natural não tem sido tradicionalmente considerada neste contexto, mas tornou-se um importante acréscimo nos últimos anos.

De certa forma, os assistentes sociais sempre abordaram as necessidades ambientais dos assistidos. Por exemplo, um assistente social em um local que aconteceu um desastre ajuda as vítimas a lidar com os impactos dos padrões climáticos ou acidentes ambientais.

As populações atendidas pelos assistentes sociais estão entre as mais vulneráveis. Esses grupos são afetados desproporcionalmente pelas mudanças climáticas. Abordar esta questão é o papel da justiça ecológica (VANINI; et al.,

2011). Explorar a história do “serviço social verde”, o trabalho atual no “serviço social ambiental” e a prática do serviço social relacionada a questões ambientais devem ser o objetivo dos governos.

Existe uma clara ligação entre o trabalho ambiental e o trabalho social. Os assistentes sociais são treinados para serem solucionadores de problemas e agentes de mudança. Habilidades de trabalho social em mediação, construção de relacionamento e colaboração são fundamentais no trabalho ambiental. Os assistentes sociais têm as habilidades necessárias para preencher a lacuna entre o conhecimento científico e o comportamento humano (SIMÕES, 2019).

Além disso, dois princípios fundamentais do serviço social fornecem uma perspectiva única sobre a interação humana que funciona bem no movimento climático. Estas são a perspectiva da pessoa no ambiente e um compromisso de começar onde o indivíduo está. O trabalho social verde inclui uma habilidade fundamental adicional, que é considerar o ambiente natural.

Em termos de mudança climática e justiça ambiental, é claro que nem todos estão no mesmo ponto de partida. Os assistentes sociais sabem que a melhor maneira de efetuar mudanças é reconhecer a perspectiva do indivíduo e seguir em frente a partir dessa posição (MARQUES, 2021). Ao entender o contexto de onde vem essa posição por meio de uma lente sistêmica, pessoa no ambiente, os assistentes sociais podem ajudar os assistidos a identificar a causa dos problemas e avançar em direção a uma solução na qual ele possa investir, tornando mais fácil suportar o desconforto de mudança.

Os desafios ambientais que remodelam as sociedades contemporâneas representam riscos profundos para o bem-estar humano, especialmente para as comunidades marginalizadas. A mudança climática e o desenvolvimento urbano ameaçam a saúde, prejudicam o enfrentamento e aprofundam as desigualdades sociais e ambientais existentes (FERNANDÉZ; POSADA, 2020). Um ambiente global em mudança requer respostas sociais transformadoras: novas parcerias, envolvimento profundo com as comunidades locais e inovações para fortalecer os ativos individuais e coletivos.

Os assistentes sociais em todos os níveis de prática podem trabalhar para abordar essas questões. Isso vale em todos os níveis, desde o micro trabalho com indivíduos, grupos e famílias para implementar estratégias práticas para atender às suas necessidades imediatas, passando pelo trabalho intermediário com

envolvimento e organização da comunidade, até o nível macro de mudança e pesquisa institucional e política. Sem uma compreensão das razões das posições de todas as partes, as soluções serão difíceis de identificar e implementar.

Esses desafios identificam três tipos de envolvimento que correspondem aproximadamente a esses níveis. No nível macro, a “mitigação” visa limitar “a taxa ou magnitude das mudanças ambientais”. Aqui é onde os assistentes sociais podem desempenhar um papel na política e na defesa para limitar mais danos ambientais e eliminar a injustiça ambiental (BUSTAMANTE; et al., 2014).

No nível mezzo, a “adaptação” inclui respostas de planejamento antes do impacto ambiental negativo, tanto para situações que podem surgir quanto para situações existentes que podem piorar. É aqui que os assistentes sociais podem ajudar a construir a “resiliência climática” através da melhoria da capacidade de enfrentamento no âmbito comunitário (SÁVIO; SILVEIRA, 2011).

No nível micro, o “tratamento” envolve abordar as necessidades imediatas de saúde física e mental dos indivíduos durante e após um evento ambiental (CUNHA; et al., 2014). Aqui é onde os assistentes sociais usam suas habilidades de gerenciamento de casos e aconselhamento para trabalhar com as necessidades individuais dos indivíduos.

Esse desafio identifica quatro áreas específicas onde os assistentes sociais podem exercer um papel de liderança na abordagem dos impactos humanos da mudança ambiental: (1) preparação e resposta a desastres; (2) deslocamento populacional; (3) organização e desenvolvimento em nível comunitário com o objetivo de fortalecer a capacidade local e regional para responder à mudança ambiental global, particularmente em ambientes urbanos; e (4) mitigação (ou seja, política direcionada), defesa e engajamento prático na abordagem das causas subjacentes da mudança ambiental.

Ao considerar as estratégias a serem usadas para obter resultados positivos, pode ser útil lembrar as histórias de sucesso do passado. É preciso explorar as medidas tomadas pela comunidade internacional para reduzir a ocorrência e as consequências dessas crises ambientais, identificando lições aprendidas que podem ser implementadas para a atual crise climática.

5 Metodologia

Quanto à abordagem, a presente pesquisa se classifica como qualitativa uma vez que os dados não são analisados estatisticamente e por ter uma relação entre o mundo real e o problema estudado. Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 31), “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

Quanto à natureza, é uma pesquisa aplicada, pois “concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Ela está empenhada na elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções” (FLEURY; WERLANG, 2017, p. 11).

Em relação aos objetivos possui caráter descritivo “descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade” e exploratório por ter a “finalidade de ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno” sendo necessário conhecimento prévio acerca do tema estudado (ZANELA, 2013, p. 33/34)

Quanto aos procedimentos, a pesquisa classifica-se como bibliográfica, pois foi elaborada a partir de trabalhos publicados e possibilita um olhar panorâmico das contribuições científicas anteriores e auxiliam na fundamentação e análise dos resultados de uma pesquisa (BRANSKI; FRANCO; LIMA JR, 2015).

Para a coleta de dados foi realizada uma pesquisa através de bancos de dados científicos, como artigos, dissertações, teses, livros digitais e estudos sobre a temática. A pesquisa foi realizada utilizando os seguintes sítios eletrônicos: SciELO (Scientific Electronic Library Online), Google[®] Acadêmico, e demais sítios de relevância científica como base de dados de universidades sobre o tema visando contribuir para uma nova perspectiva sobre o assunto.

Os critérios utilizados para inclusão foram publicações em língua portuguesa a partir do ano de 2011, exceto quando a publicação for de autores renomados na área. Após a seleção das publicações foi realizada a leitura, análise e escrita do estudo.

6 Resultados e discussões

Os assistentes sociais estão sendo chamados a desempenhar um papel cada vez maior no desenvolvimento de práticas ambientais sustentáveis. Atualmente, no entanto, os modelos de prática de serviço social dominantes não abordam questões de sustentabilidade ambiental. No entanto, os assistentes sociais têm as habilidades essenciais necessárias para a prática ambiental, pois se destacam na rede, vinculando e envolvendo vários setores de comunidades marginalizadas, todos importantes para o desenvolvimento sustentável (CUNHA, et al., 2014). Portanto, a profissão está idealmente situada para promover a justiça ambiental e promover o desenvolvimento sustentável, que é um empreendimento complexo, dadas as estruturas sociais que separam as pessoas do ambiente físico.

Desconectados do meio ambiente, os seres humanos estão dispostos a desestabilizar o clima, criar condições que apoiem a guerra e minar sua capacidade de atender às suas necessidades coletivas de água, comida, terra, segurança e proteção (PEREIRA; et al., 2009). A gravidade dessa separação é um desenvolvimento recente, e a destruição progrediu rapidamente desde a entrada dos humanos na Era da Máquina. Assim, nos países industrializados, as pessoas se desacoplaram de seu ambiente físico, guerreando contra os ecossistemas dos quais dependem para sustentar formas de vida complexas.

Muitos acreditam, como consequência, que os humanos aceleraram o processo de mudança climática a um ponto em que agora é a maior questão social da atualidade. Isso é evidenciado na degradação quase constante do ambiente físico para manter os cofres dos privilegiados política, cultural e economicamente (FREITAS; et al., 2019).

Em suma, a destruição do ambiente físico é resultado do capitalismo desenfreado ou desregulado, onde os recursos naturais são mercantilizados à medida que grandes e poderosas corporações buscam mão de obra barata e locais livres de regulamentação da poluição.

A ganância trouxe os humanos à atual crise econômica e ambiental. Dentro dos sistemas econômicos capitalistas contemporâneos, nem o bem-estar humano nem o ambiental são protegidos. A agricultura e a colheita florestal ocorrem sem levar em consideração as necessidades de longo prazo da sociedade ou os impactos ambientais (CUNHA; et al., 2014).

Embora os modelos econômicos e de negócios tenham sido centrais para criar essa crise, eles também têm o potencial de desenvolver práticas mais receptivas e responsáveis. É preciso reinventar o capitalismo, envolvendo uma ética empresarial de cuidado e um compromisso de preservar a integridade ecológica.

A produção industrializada e o consumo em massa estão sobrecarregando os recursos finitos, poluindo o meio ambiente (água, ar e solo), provocando mudanças climáticas (secas e enchentes), degradação ambiental e perda de biodiversidade. Esse desenvolvimento não está apenas destruindo a base da vida no planeta, mas também ameaça a população mundial, pois compromete os recursos das gerações futuras.

O resultado são injustiças devido à desigualdade e à extrema pobreza existentes, as pessoas menos responsáveis pelas crises ambientais são as mais afetadas por elas, têm menos recursos para reverter a situação e são menos propensas a serem atingidas por contramedidas. Em alguns casos, até pioram sua situação. Conflitos violentos sobre recursos escassos, deslocamento interno forçado e migração estão crescendo na sequência de crises ambientais (SCHONS, 2012).

Desde a década de 1990, tem havido uma crescente conscientização na comunidade do serviço social sobre as desconexões problemáticas entre o trabalho social e as questões ambientais. O surgimento do “trabalho ecossocial”, “trabalho social verde” ou “trabalho social ecológico” sinaliza um novo paradigma. Afasta-se do antropocentrismo anterior baseado no cisma entre o homem e os recursos naturais da terra, sendo este último um mero instrumento de sustentação da espécie humana (OLIVIERI, 2009).

Foram desenvolvidas abordagens inovadoras que permitem aos assistentes sociais perseguir e estudar questões ambientais, para aprofundar a compreensão da relação entre as comunidades humanas, seu ambiente físico e ecossistemas (FERNANDEZ; POSADA, 2020). Eles promovem novas formas de desenvolvimento que levam em conta os ecossistemas e o equilíbrio entre o ser humano e os ecossistemas, além de buscarem diminuir a carga das atividades humanas sobre o meio ambiente.

Os assistentes sociais seguem vários métodos e técnicas, seguindo o código de ética profissional. Como uma profissão de direitos humanos, o serviço social está bem equipado para dar uma contribuição substancial para a implementação dos ODS uma vez que esses objetivos incluem acabar com a pobreza em todas as suas

formas em todos os lugares, através, por exemplo, da implementação de sistemas e medidas de proteção social nacionalmente apropriado para todos, alcançando uma cobertura substancial dos pobres e vulneráveis (ALCÂNTARA, 2017).

Também busca-se promover o crescimento econômico sustentável e inclusivo de forma que as pessoas tenha acesso a emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, sendo esse objetivo também ligado às atribuições do assistente social e ao desenvolvimento sócio ambiental (MARQUES; SCHMITT, 2021).

O serviço social “é uma profissão baseada na prática e uma disciplina acadêmica que promove a mudança, o desenvolvimento social, a coesão social, o empoderamento e a libertação das pessoas” (DINIZ, 2019, p. 335). Princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade coletiva e respeito às diversidades são centrais para o trabalho social.

O caminho para um futuro ambientalmente sustentável requer uma resposta interdisciplinar que envolva as ciências sociais e físicas. Embora o ambiente ecológico não seja dividido em pacotes discretos, as disciplinas profissionais muitas vezes tentam entendê-lo, não em sua complexidade holística, mas sim em partes delimitadas (MOREIRA, 2013). Conseqüentemente, os sistemas educacionais e políticos contemporâneos falharam em responder à crise ambiental. A remediação requer uma resposta holística baseada em conhecimentos e habilidades interdisciplinares no desenvolvimento de práticas colaborativas nos níveis local, regional e global:

Os tomadores de decisão expostos a abordagens interdisciplinares para resolução de problemas têm uma gama mais ampla de recursos para resposta. As organizações que não estão equipadas para lidar com ideias interdisciplinares falham em fornecer os sistemas necessários para levar adiante as inovações ambientais (VANINI; et al., 2016).

Dentro de espaços interdisciplinares mal definidos, os assistentes sociais podem operar como colaboradores e formadores de equipes, trazendo sua experiência prática para as equipes de resposta interdisciplinares que são essenciais para abordar questões vitais e complexas de sustentabilidade.

Relações não violentas são necessárias para combater as forças que sustentam a guerra, a pobreza e a violência estrutural que são induzidas pelo homem e resultam na opressão e degradação tanto do ambiente social quanto do ecológico (SIMÕES, 2019).

Existem culturas que compartilham grandes espaços comunitários nos quais as relações influenciam na preservação dos recursos naturais. Algumas comunidades indígenas têm modelos de uso ambiental ou ecológico respeitoso. Essas culturas teriam muito a ensinar a população sobre a responsabilidade de toda a comunidade pela sustentabilidade ambiental, na qual os humanos agem como cuidadores do meio ambiente.

Como o planeta Terra é um sistema fechado, as respostas às ameaças ambientais globais devem ocorrer em todos os níveis de análise; ainda assim, devido à atração da sustentabilidade como meio de gerar lucro, a exploração holística da sustentabilidade ecológica se perde. A sustentabilidade requer uma abordagem mais holística e abrangente, na qual os problemas elusivos são mais do que científicos e tecnológicos e podem ser considerados em sua totalidade como sistemas complexos.

No campo econômico, uma mudança de paradigma é necessária para transformar o capitalismo insustentável, desenfreado e desregulado em práticas econômicas ecologicamente e socialmente sustentáveis, local e globalmente. Redefinir o sucesso de um foco em resultados de curto prazo para resultados de longo prazo cria um contexto para valorizar a sustentabilidade econômica e ambiental (OLIVEIRA; et al., 2017). Uma contra-narrativa é apresentada para equilibrar o discurso dominante e privilegiado, onde a sustentabilidade se tornou uma palavra-código para lucro e exploração, e o pensamento científico reducionista resulta em prática imparcial.

A Agenda Global para Desenvolvimento Social buscar incitar a promoção de comunidades e ambientes sustentáveis. Em todo o mundo, os assistentes sociais estão ao lado das comunidades que são injustamente impactadas pelas injustiças climáticas para criar soluções que são priorizadas pelas comunidades locais. Embora isso seja urgente agora, no contexto da crise climática global, a profissão de assistente social está envolvida com questões ambientais (tanto construídas quanto naturais) desde o início da profissão, buscando melhorar o saneamento, os ambientes de trabalho, a habitação, os parques e recreação.

Além disso, a prática do serviço social está claramente conectada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Como parceiros e líderes em muitas comunidades onde ocorre o trabalho relacionado aos ODS, os profissionais devem considerar o seu papel na promoção da sustentabilidade

comunitária e ambiental, dentro e além dos ODS. É preciso ser bem versados na linguagem e nos conceitos dos ODS e envolvidos em conversas e ações com parceiros globais (LUIS, 2020). O assistente social deve manter um olhar crítico sobre as limitações dessa estrutura e ajudar a mudar a conversa para soluções reais, ou seja, que podem ser sustentado no longo prazo. Essa mudança envolve a adoção de uma visão de mundo ecossocial e uma abordagem de decrescimento para alternativas transformacionais ao desenvolvimento sustentável.

As perspectivas únicas e os conjuntos de habilidades da profissão de serviço social são extremamente necessários. Isso inclui a ênfase na justiça social, no empoderamento, na perspectiva dos pontos fortes e na perspectiva da pessoa no ambiente (também conhecida como pessoas como lugar), juntamente com a abordagem do uso de uma estrutura de sistemas (FERNADÉZ; POSADA, 2020).

Essas perspectivas do serviço social ajudam a tornar mais evidentes as dinâmicas de poder existentes e destacam as formas como elas são alteradas enquanto se trabalha para aliviar injustiças relacionadas à pobreza, desigualdade e opressão, muitas vezes ligadas a injustiças ambientais e ecológicas (MARQUES, 2021).

Trabalhando dentro da estrutura dos ODS que usa o "resultado triplo" do desenvolvimento sustentável, ou seja, o avanço das pessoas, do lucro e do planeta, os assistentes sociais podem ajudar a trazer a justiça ecológica para o primeiro plano. No entanto, com uma lente ecossocial, podem também ir além do desenvolvimento sustentável para mudar a conversa e criar soluções verdadeiramente sustentáveis.

7 Considerações Finais

Devido à densidade populacional do planeta e avanços tecnológicos, tem acontecido mudanças ambientais negativas em um ritmo cada vez mais rápido. A população convive atualmente com as consequências da degradação ambiental decorrente do capitalismo desenfreado e da desconsideração dos efeitos de longo prazo das decisões políticas, culturais e econômicas. As comunidades mais vulneráveis estão em maior risco. A desestabilização climática, a escassez de recursos (água, comida, terra e segurança), a oposição das classes criaram uma base para a desestabilização atualmente.

A complexidade das questões exige respostas práticas multifacetadas e flexíveis. A visão ampla do Assistente Social para essas questões globais complexas e dos modelos e habilidades para resposta são indispensáveis para o desenvolvimento econômico. Ao vincular a justiça social e ecológica, um contexto é criado para apoiar o papel da prática do serviço social na expansão da consciência ambiental e trabalhando com aqueles que participam do desenvolvimento econômico. Reunir esses campos cria o potencial para abordar as questões interligadas de guerra e violência, pobreza e exploração econômica e justiça social e econômica à medida que impactam a ecologia e o meio ambiente.

Como uma profissão com conhecimento e habilidades para se engajar em uma prática multifacetada e complexa, o serviço social está idealmente situado para fornecer liderança no trabalho em prol da justiça ambiental e social por meio da prática ambiental antiopressiva. Os modelos e narrativas de mudança precisam envolver as pessoas de forma inclusiva, desde aquelas que foram historicamente marginalizadas e fortemente impactadas até aquelas em cima do muro e também aquelas atualmente comprometidas com atividades desenfreadas e egoístas.

A ligação entre justiça social, direitos humanos e justiça ambiental como interligados é cada vez mais reconhecida e incorporada nos valores fundamentais da profissão. As organizações educacionais e de prática de serviço social estão integrando a justiça ambiental em seu propósito central, missão e foco. A experiência prática dos assistentes sociais com organizações, comunidades e indivíduos trazem as habilidades para responder aos problemas. A mudança não diz respeito a preocupações superficiais, mas sim à interconexão entre preocupações ambientais ecológicas, direitos humanos e justiça, qualidade de vida humana e questões de paz, guerra e desastres naturais. Trata-se da qualidade básica do ambiente ecológico como palco no qual o drama humano é representado.

8 Referências

- ALCANTARA, G. O. O Serviço Social e as Questões Socioambientais: o meio ambiente como espaço de atuação profissional dos assistentes sociais. 2017. 269f. Tese (doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.
- ARAÚJO, N. M. S; et al. Estado, “questão ambiental” e conflitos socioambientais. São Cristóvão: Editora UFS, 2020.
- BUSTAMANTE, M. M. C; et al. Mitigação das mudanças climáticas. Contribuição do Grupo de Trabalho 3 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas ao Primeiro Relatório da Avaliação Nacional sobre Mudanças Climáticas. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- CUNHA, B. P; et al. Sustentabilidade ambiental: estudos jurídicos e sociais. Caxias do Sul, Editora Educs, 2014.
- DINIZ, T. M. R. G. O Serviço Social brasileiro no cenário mundial: o desafio da interlocução com as organizações internacionais. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.19, n.2, p. 325-341, 2019.
- FERNANDÉZ, F. X. A; POSADA, X. L. Serviço social e sustentabilidade: A abordagem ambiental como quadro de intervenção dos assistentes sociais. Rev. Configurações, v. 25, pp. 154-169. 2020.
- FLORES, G. N. Desenvolvimento e desgovernança ambiental global: paradoxos da regulação jurídica da tríade produção-consumo-resíduos. 2016. 512f. Tese (Doutorado em Ciência Jurídica). Universidade do Vale do Itajaí. Vale do Itajaí. 2016.
- FREITAS, C. M; et al. Mudanças climáticas, redução de riscos de desastres e emergências em saúde pública nos níveis global e nacional. 2019. 119f. Relatório de Pesquisa. Iniciativa Brasil Saúde Amanhã Prospecção Estratégica do Sistema de Saúde Brasileiro. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.
- LUÍS, R. T. Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável. 2020. 71f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Escola de Sociologia e Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2020.
- MARQUES, E. J. S. T; SCHMITT, A. R. V. O Serviço Social Ambiental: compromisso com os objetivos do desenvolvimento sustentável e a defesa do meio ambiente enquanto direito humano. Rev. Katálysis. v. 24, n. 3, pp. 607-616. 2021.
- MOREIRA, I. S. Serviço social e meio ambiente: a contribuição do assistente Social em Programa de Aceleração do Crescimento. 2013 165f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2013.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em 20 de junho de 2022.

NUNES, L. S; SILVA, A. G. M. A concepção de questão socioambiental e o serviço social. Rev. Temporalis, Brasília, ano 13, n. 26, p. 97-116, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, M. M. D; et al. Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade. Caxias do Sul: Editora Educus, 2017.

OLIVIERIA, A. G. A teoria da modernização ecológica: uma avaliação crítica dos fundamentos teóricos. 2009. 211f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

PEREIRA, A. O. K; et al. Relações de consumo : meio ambiente. Caxias do Sul: Editora Educus, 2009.

PEREIRA, T. M. O impacto do sistema capitalista nos bens ambientais: O direito ambiental brasileiro diante dos novos avanços ambientais nas Constituições da Bolívia e do Equador. Rev. Trajetórias Humanas Transcontinentais. n. 3. 2018.

PONTES, J. C. Impactos de vizinhança proporcionados pelo desmonte de rocha com uso de explosivos: estudo de caso na “mineração Dantas Gurgel & cia Ltda”, Caicó-Rn. 2013, 86f. Tese (Doutorado Temático em Recursos Naturais). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2013.

ROZENDO, F. H. C; et al. Serviço social, trabalho e direitos. Cruz das Almas: Editora UFRB, 2014.

SÁVIO, M. A. C; SILVEIRA, J. G. Mitigação, Resiliência e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo, 2011.

SCHONS, S. M. A questão ambiental e a condição da pobreza. Rev. Katálysis. 2012, v. 15, n. 1, pp. 70-78.

SILVA, A. C. A. B; GENNARI, A. M. Destruição ambiental e desigualdade social: dois lados do mesmo processo de desenvolvimento capitalista. Rev Fim do Mundo, n. 2, 2020.

SIMÕES, P. Assistentes sociais para além do serviço social. Rev. Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 18 - Nº 43 - Set./Dez. de 2019.

TEIXEIRA, I; ROSSI, T. Brasil e china elementos para a cooperação em meio ambiente. 2020. DISPONÍVEL EM:
<https://www.cebri.org/media/documentos/arquivos/Relatorio_A4_PT_6jul-compactad.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

VANINI, A; et al. Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil: construindo capacidades. 2016. Disponível em:
<http://r1.ufrj.br/ceresan/wp-content/uploads/2016/docs/Mudancas_climaticas_%20desigualdades_sociais_e_populacoes_vulneraveis_no_Brasil_Volume_II.pdf>
Acesso em: 27 de novembro de 2022.

WENGRZYNOVSKI, S. B. O serviço social no capitalismo. Indaial: Editora UNIASSELVI, 2015.